

Teto dos juros pode subir

■ Lopes confirma uso de taxa como arma antiinflação e fala em nova mudança cambial

UGO BRAGA

BRASÍLIA – As taxas de juros poderão chegar à 41%, o teto estabelecido para a Taxa de Assistência do Banco Central (Tban), e por isso o presidente do Banco Central, Francisco Lopes, admitiu ontem a hipótese de ter que convocar uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), extraordinária, em fevereiro. Lopes admitiu que a taxa do fechamento do mercado ontem, de 37% ao ano, já estava muito próxima do teto estabelecido pelo Copom, que é de 41%. “Não gostamos de fazer reuniões extraordinárias, mas é possível que a taxa atinja o teto antes da próxima reunião (marcada para o dia 3 de março) e o Copom é soberano”, disse. Lopes confirmou, também, que o governo poderá trabalhar com metas de inflação explícita ou implícita, deixando a política monetária totalmente a serviço do cumprimento dessas metas.

Na última reunião, realizada há doze dias, o Copom fixou um intervalo dentro do qual os juros podem oscilar: entre 24,75% e 41% ao ano. O índice básico cobrado aos bancos seria fixado diariamente, via remuneração dos títulos públicos leiloados pela mesa de operações do BC.

Pouco espaço – De lá para cá, porém, a desvalorização crescente do real empurrou os juros para cima. A taxa fixada no dia-a-dia nunca esteve próxima ao piso. Ao contrário, subiu

sempre. O resultado é que a mais de um mês da próxima reunião prevista, resta pouquíssimo espaço para aumento dos juros. A não ser que o Copom aumente o teto, o que, por fim, é a expectativa do mercado.

Francisco Lopes enfatiza que a política monetária tocada pelo Banco Central é mesmo austera. Mas, segundo ele, os juros altos estão sendo uma ferramenta para impedir que o aumento de preço dos produtos importados seja repassado ao resto da economia.

O presidente do BC insistiu que, ao contrário do que aconteceu até o início do mês - com as bandas cambiais ainda funcionando -, a política monetária não tem nada a ver com a taxa de câmbio. “Agora mudou, tem a ver com inflação.”

Novidades – O mercado de câmbio terá novidades nos próximos dias. De um lado, virão medidas para afrouxar as operações de câmbio, principalmente no segmento livre, que é recheado de burocracias. De outro, o BC poderá anunciar mecanismos de controle sobre a volatilidade da taxa de câmbio.

Sobre o primeiro grupo de mudanças, o presidente do BC falou pouco. Repetiu que não passa por sua cabeça qualquer tipo de medida que dificulte a saída de dólares. “Não haverá centralização cambial total, nem parcial, nem nada.” E sinalizou: “Vamos reduzir os controles atuais”.

Já a respeito da volatilidade do mercado, foi bem explícito. Disse que

manteve conversas a respeito do assunto na semana passada, em Washington. E que, durante o fim de semana, vai discutir com a missão do FMI algo parecido com os mecanismos de intervenção no mercado de câmbio usados no México. O Brasil pode adotar um “gatilho automático” semelhante ao mexicano e informar ou não ao mercado qual o limite de disparo.

Corrida – A correria de saques nas agências bancárias ocorrida durante todo o dia de ontem também foi motivo de comentário do presidente do BC. Aparentando bastante tranquilidade, ele desdenhou o movimento: “Isso é espuma”. Francisco Lopes frisou que o Brasil nunca teve problema para rolar sua dívida pública, mesmo no período da hiperinflação ou nos piores momentos do Plano Collor. E traçou um cenário otimista, no qual os juros nominais vão baixar e a conta sairá até mais barata. “A dívida líquida ao fim do ano deverá ser bem menor do que a planejada, que equivalente a 46% do PIB.”

Lopes acha, inclusive, que “algumas pessoas estão fazendo as contas de forma errada”. Isso porque, antes da mudança do regime cambial, os juros real ficariam em torno de 20% ao ano. Agora, garantiu, “será muito menor”. E lembrou que, no México, depois da mudança, eles foram negativos (mas lá a inflação no primeiro ano chegou à casa dos 55%).

A confusão generalizada em que se transformou o mercado, com infor-

mações imprecisas sobre o fluxo de capitais, levou o BC a divulgar uma nota explicativa no final da tarde. Os dados diários de entrada e saída de dólares serão trocados, a partir de segunda-feira, por dados diários de nível das reservas internacionais. A idéia é mostrar que o país não vem perdendo divisas. O capital está saindo do estoque do sistema financeiro.

■ O governo encerrou o ano de 1998 com um resultado positivo primário (sem contar as despesas financeiras) de R\$ 5,805 bilhões, R\$ 800 milhões acima da meta anunciada em outubro passado, dentro do programa de ajuste fiscal. Os resultados, divulgados ontem pelo ministro Pedro Malan, incluem as contas do Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência e foram aprovados pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF). As receitas com impostos, contribuições, salário educação, participações e dividendos da União totalizaram R\$ 137,668 bilhões. Dentro deste valor, o governo incluiu R\$ 9,322 bilhões obtidos com a venda das companhias de telecomunicações. A despesa total do governo somou R\$ 124,4 bilhões, sendo R\$ 27,2 bilhões transferidos aos estados e municípios através dos fundos de participação nos impostos federais e R\$ 94,337 bilhões com a administração federal (pessoal, encargos, INSS, custeio e capital).